

O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950, de John French. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

Adriano Luiz Duarte*
Adelaide Gonçalves**

O ponto forte do livro de John French *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo. 1900-1950* está, cremos, na discussão sobre os anos 30, 40 e 50 e, principalmente, sobre a política populista.

O populismo tem sido considerado uma forma de política nacionalista e reformista sem características de classe. Surgido nas décadas de 30 e 40, seria a expressão da “era do desenvolvimento nacional” (p. 4) até os anos 60. Caracterizado como um movimento de natureza urbana, nacionalista e multiclassista, com uma ideologia eclética e uma adesão clientelística a um líder carismático e originado da crise das oligarquias, o populismo expressaria a busca de alternativas para uma economia agro-exportadora e seria, portanto, o complemento político necessário à “era da substituição de importações” (p. 4), posterior a 1930.

Seu aspecto crucial residiria na subordinação dos operários aos interesses do Estado. Submetido ao controle do poder público, o movimento operário possuiria uma capacidade limitada para representar os interesses de classe. Disso resultaria o sistema da tutela, por meio do qual o Estado orientaria as ações dos sindicatos, transformados em “órgãos de colaboração” (p. 5), sendo então reduzidos a uma função meramente assistencialista.

* Professor de história da Universidade Federal de Santa Catarina.

** Professora de história da Universidade Federal do Ceará.

Problematizando essa interpretação acerca do fenômeno populista, French argumenta, com muita propriedade, que o golpe de 1964 representou um influxo na intelectualidade brasileira. Sentindo-se derrotados e não podendo reverter as mudanças sociais, alguns intelectuais de esquerda mergulharam numa revisão de suas próprias idéias. Rejeitando o passado populista, criticaram as práticas operárias de adesão ao sindicalismo oficial, negaram quaisquer possibilidades de ganho para essa adesão e rejeitaram-na como uma renúncia à revolução socialista. O golpe de 1964, teria gerado, portanto, uma espécie de radicalização acadêmica.

As observações de French acerca dessas mudanças na postura dos intelectuais, evidenciam o quanto da produção acadêmica, tanto no campo da história quanto da sociologia, foi elaborado longe das práticas de uma “disciplina do contexto histórico” – para usar a feliz expressão de Edward Thompson. Muitas dessas análises eram determinadas mais pelo pressuposto de uma derrota da academia e de uma recusa dos desdobramentos do movimento de 1964 do que resultado de uma paciente pesquisa empírica.

Assim, a atual “ortodoxia” (p. 12) acadêmica acerca do populismo encontraria sua matriz em Francisco Weffort que, por um lado, ao negar a questão da migração como causa do atraso e passividade do movimento operário, devolveu-lhe a determinação de sua própria história. Contudo, como bem aponta French, Weffort “exaltava a classe operária em abstrato” (p. 13) e produzia, desse modo, “reconstruções imaginativas acerca do movimento operário” (p. 12). Essas “abstrações” (p. 14), entretanto, não resistem ao minucioso trabalho de pesquisa nos arquivos, único instrumento capaz de conter a imaginação e trazer à luz os conflitos e esperanças concretos das lutas dos trabalhadores. Estes argumentos de French revelam o quanto Weffort foi capaz de determinar a agenda intelectual de toda uma geração e assim criar uma memória para o movimento operário que prescindiu da pesquisa empírica.

French toma o populismo não como mera manipulação, mas como um modo de fazer política no qual os trabalhadores eram parceiros reconhecidos. O limite desse vínculo estaria na tentativa continuada de

evitar e contornar os conflitos de classe. Assim, a ambigüidade populista refletiria o vigor das mobilizações populares e expressaria ganhos líquidos para o operariado. A “adesão” (p. 33) popular às lideranças populistas, explica-se pelo fato de que, após a cassação do PCB em 1947, o debate político polarizou-se entre conservadores *versus* populistas. Assim, a adesão dos trabalhadores às lideranças populistas resulta de ganhos efetivamente alcançados. Essa aliança não expressava submissão ou aquiescência, mas a efetiva abertura de fissuras no espectro político, através das quais se expressava a ação organizada do movimento sindical.

Segundo French, as polêmicas ideológicas entre os vários grupos de esquerda teriam ocultado o quanto do movimento operário paulista, em suas vertentes comunista, socialista ou trotskista, foi influenciado pelas práticas sindicais anarquistas, que mesclavam as lutas econômicas cotidianas a uma visão revolucionária da derrubada do poder do Estado. Seria exatamente da junção dessa dupla atuação – herança das práticas anarco-sindicalistas – que emergiriam os perigos para o movimento operário, diante das novas políticas trabalhistas após 1930. Quando o Estado emerge como regulamentador da vida sindical e, portanto, organizador dos operários, passa a concorrer com os sindicatos de esquerda, e seu sucesso decorre exatamente do fato de atuar nas brechas entre uma minoria ativista radical e a grande maioria dos sindicatos com pretensões modestas e moderadas, exatamente no espaço entre as lutas econômicas cotidianas e a luta pela derrubada revolucionária do poder.

A criação em 1933 da Coligação dos Sindicatos Proletários evidenciaria o surgimento de lideranças não-comunistas e não-anarquistas mas nem por isso subservientes ao governo. Por outro lado, os elementos mais radicais da Coligação haviam acrescentado a suas formas de luta um novo mecanismo para alcançar seus objetivos: as alianças eleitorais e partidárias.

Os novos sindicatos legais não representavam uma transição entre o sindicalismo independente e radical e um outro moderado e dependente do Estado. Tampouco a solicitação do reconhecimento por parte dos sindicatos

expressaria sua conversão às teorias de paz e harmonia social. Ao contrário, aquiesceram aos requisitos externos da lei para utilizá-la como cobertura legal que lhes permitiria atingir seu objetivo de luta: organizar os operários. Assim, o corporativismo, que foi “um sistema projetado para domesticar e controlar o movimento operário havia criado uma liderança da classe operária que estava longe de ser submissa” (p. 48).

Tendo em vista a bem embasada e convincente argumentação de French, seria o caso de perguntar: diante de tais insuficiências no conceito populismo, e dos problemas oriundos de sua excessiva politização e distanciamento de um diálogo efetivo com as evidências empíricas, deveríamos simplesmente abandoná-lo, em nome do avanço na pesquisa?

Há, porém, duas questões que nos parecem exigir um comentário.

1) Para o autor a sindicalização operária após 1930 desejava “antes de mais nada” (p. 51) enfraquecer o poder dos industriais e das oligarquias paulistas. Talvez esse seja um dos objetivos, mas não o prioritário – que, sem dúvida, era minar as forças de esquerda dentro do próprio movimento dos trabalhadores. Por outro lado, French aponta o Estado Novo como objetivando primordialmente enfraquecer as oligarquias paulistas. Como todo trabalho que abrange um período longo, este apaga algumas nuances. Há uma simplificação que perde imbricações importantes.

2) Em alguns momentos, French é excessivamente condescendente com as práticas sindicais dos comunistas. Após 1945, o PCB comporta duas práticas bastante evidentes: por parte das direções, um apelo às bases para que apertassem o cinto e contivessem suas demandas; por parte das bases, um intenso otimismo, nos bairros ou nas fábricas. French edulcora essas ambigüidades.

Tomado em seu conjunto, o belo livro de John French traz uma grande contribuição que pode ser expressa na seguinte idéia: “o passado do operariado não é um passado de fracasso inexorável, demonstro que as conquistas de gerações precedentes ainda estão contribuindo para fixar as condições das lutas de hoje” (p. 269). Por fim, seu aspecto mais estimulante e fecundo é o hábil exercício de pesquisa histórica, que faz desse livro um ABC dos meandros do ofício do historiador.